



Teresa Santa Clara Gomes:

O Evangelho não é monopólio de progressistas ou conservadores

Sou dos que pensam que a neutralidade, em política, não existe; por isso considero os cristãos, como quaisquer outros cidadãos, sujeitos políticos de pleno direito, com o que isso implica de intervenção activa na condução do processo histórico em que estão inseridos.

Aos que defendem a neutralidade asséptica da Igreja, atribuindo-lhe o máximo de estabilidade possível no conjunto das forças sociais, respondo, com Paulo Freire, que minimizar a dimensão histórica e política do cristianismo é «castrá-lo da sua dimensão profética, cujo testemunho é a transformação radical e não o temor à mudança ou o receio de um futuro incerto».

De facto, negar a dimensão política da vida cristã seria recusar o risco da encarnação; seria perder de vista que o projecto libertador de Jesus Cristo se desenrola no tempo e no espaço, a partir dos dados concretos que tecem o quotidiano. Ora, esses dados

referem-se, obviamente, à organização da vida individual e colectiva. São dados políticos. Esquecê-lo seria esvaziar o cristianismo do seu conteúdo simultaneamente histórico e profético. Seria confiná-lo a meros ritualismos formais, hipotecando a um futuro abstracto o hoje concreto onde esse futuro se joga.

As dimensões histórica e profética do cristianismo manifestam-se, aliás, em estreita correlação. Por um lado, a inserção histórica do cristianismo torna-o dependente da mundividência em que ele se integra. Um cristão é mais ou menos progressista ou mais ou menos conservador consoante a ideologia que, consciente ou inconscientemente, professa. A leitura do Evangelho a partir dos esquemas reaccionários de uma sociedade proibitiva é, necessariamente, uma leitura conservadora e defensora do «status quo». A leitura do mesmo texto a partir de uma ideologia aberta à inovação e à mu-

dança corresponde, logicamente, a uma melhor percepção do fermento do novo que percorre o Evangelho.

Não quer isto dizer, porém — e é este o outro lado da questão —, que a prática cristã seja necessariamente fruto dos esquemas mentais que nos caracterizam. A Boa Notícia ou Boa Nova evangélica é, em si mesma, portadora de um processo de libertação que transcende o horizonte dos nossos quadros de vida. O Evangelho não é monopólio dos progressistas, como não é monopólio dos conservadores. É, sim, monopólio daqueles que apostam na libertação total e definitiva de toda a humanidade e que aceitam colocar as suas vidas ao serviço dessa utopia absoluta.

Que tem isto a ver com a actual situação da Igreja no nosso país e com o debate aberto sobre o empenhamento dos cristãos na vida política?

Tem a ver com aqueles que, ao negar a dimensão política da vida cristã, se situam, au-

tomaticamente, do lado das forças da conservação, contradizendo pela prática as posições a-históricas que teoricamente defendem.

Tem a ver com aqueles que se arrogam em detentores da verdade evangélica, acusando ou marginalizando outros que, a esquerda ou a direita, ousam tomar posições diferentes das suas.

Tem a ver com aqueles que, ao privar a Igreja da sua dimensão profética, a convertem num mero joguete das forças sociopolíticas; impedindo-a de introduzir no História o desafio provocador que é a sua própria razão de ser.

Tem a ver com todos os que esperam dos cristãos um testemunho de inteireza moral e de compromisso corajoso no dia-a-dia da vida política do País. Decepcioná-los é não só trair o Evangelho como, igualmente, trair o sonho de uma vida, justa e limpa que, com todos os homens e mulheres de boa vontade, partilhamos.

arte o Estado, este não a deve tentar diminuir, mesmo que pela sedução; ou perseguir, se porventura os seus mandamentos lhe desagradarem.

Embora tudo isto pareça pacífico, a verdade é que ao longo dos séculos, este ensinamento de Jesus Cristo está ainda à espera de ser verdadeiramente escutado, compreendido e acatado.

Desde tempos imemoriais que a política e a religião se encontram misturadas de tal modo que por vezes é difícil até saber quando acaba uma e começa a outra. E isto é verdade tanto para o cristianismo como para os demais

postos, não a dependência do Estado, como pretensão carácterista reinante estrangeiro.

Os tempos medievais passaram-se a religião oficial do Império Romano-tantino.

E mais tarde, a primeira metade do século XIX foi decisiva para a Europa e do mundo, num conflito entre o protestantismo e o catolicismo.

Reconheça-se, Quental, que a sua se traduziu

Helena Roseta:

A opção reaccionária como instrumento de

O tema das relações entre os católicos e a política regressou à primeira página dos nossos jornais pelo facto inusitado de termos a frente do Governo, e pela primeira vez, não apenas uma mulher, mas especificando um adepto de um movimento católico, o Graal, afecto aos sectores tidos por «progressistas» da Igreja.

É evidente que o Governo não é do Graal e que os católicos não são só os progressistas. Mas a diminuição da preponderância maçónica e a ênfase intencionalmente colocada por Lurdes Pintasilgo no seu catolicismo não passaram despercebidos a ninguém.

O acesso de militantes do Graal ao poder político veio assim trazer à cena um tema antigo — o das relações entre

laco consciente e materialismo. E, no entanto, passaram quinze anos. E, em 1960, os católicos progressistas são os que sentam apenas e sem qualquer outro levaram o movimento político-socialismos que acataram em conflito trina e prática pública e são hoje progressistas.

Entre nós, as opções católicas e o não foram relevadas em 25 de Abril, salientando tudo a forma que sucedeu a movimentos lib

Carlos Costa:

Inexistência de uma questão religiosa favorece consolidação da democracia